

COMISSÃO DE CULTURA

REQUERIMENTO N.º , DE 2023
(Da Sr.ª Jandira Feghali)

Requer a criação de Subcomissão Especial no âmbito desta Comissão para debater os limites legais e éticos para o uso da inteligência artificial e possíveis parâmetros para sua regulamentação.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 29, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam tomadas providências para a criação de Subcomissão Especial no âmbito desta Comissão para debater os limites legais e éticos para o uso da inteligência artificial e possíveis parâmetros para sua regulamentação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Requerimento visa a criação de Subcomissão Especial no âmbito desta Comissão para debater o uso da inteligência artificial e possíveis parâmetros para sua regulamentação. Uma das definições para inteligência artificial seria a capacidade das máquinas de pensarem como seres humanos: aprender, perceber e decidir quais caminhos seguir, de forma racional, diante de determinadas situações.

A IA aprende como uma criança. Aos poucos, o sistema (a depender do objetivo para o qual ele foi criado) absorve, analisa e organiza os dados de forma a entender e identificar o que são objetos, pessoas, padrões e reações de todos os tipos. Não há como negar que a IA é um instrumento benéfico nos processos



* C D 2 3 8 7 9 1 1 8 2 8 0 0 *

operacionais de muitas empresas que necessitam de maior produtividade – redução de falhas, otimização de processos, influência para a tomada de decisão mais assertiva, bem como facilita muito o cotidiano do cidadão comum. Mas, os limites para sua utilização devem ser debatidos. Sabemos dos riscos em relação à ética, principalmente no encadeamento ao controle e uso dos dados, já que um dos desafios é a presença de vieses algorítmicos. Os algoritmos de IA podem refletir e perpetuar estigmas existentes na sociedade, como discriminação racial, de gênero e socioeconômica, por exemplo.

Um dos temas mais polêmicos relacionados a essa tecnologia é o impacto da Inteligência Artificial no mercado de trabalho. Algumas previsões indicam riscos de substituições em massa de muitos postos de trabalho. Considerando que a IA na arte e na vida será inevitável, é urgente pensar nos limites legais e éticos do uso desta ferramenta.

Lembramos que o debate sobre uso da IA no audiovisual ganhou força diante de greve de roteiristas e atores de Hollywood. Os dois sindicatos não entraram em acordo com a Aliança de Produtores de Cinema e Televisão (AMPTP), guarda-chuva que reúne 08 empresas de streamings, para a renovação de seus contratos.

Os roteiristas exigem um maior controle no uso de IA na produção de textos, enquanto que os atores defendem uma regulação mais transparente da técnica. Os atores contam que, nos últimos anos, estúdios passaram a incluir cláusulas abstratas e abusivas sobre o uso da tecnologia para reutilizar e recriar performances de intérpretes.

Nessas propostas apresentadas os artistas de figuração seriam digitalizados após receber um dia de pagamento e de posse dessa digitalização, imagem e semelhança, as empresas poderão utilizá-las pelo resto da eternidade em qualquer projeto, sem consentimento ou compensação.



Basicamente, a proposta dos estúdios e plataformas de streaming acabaria com a figuração no audiovisual, defende o sindicato, uma vez que eles poderiam simplesmente fazer um banco de dados de atores digitalizados, deixando de lado a necessidade de arcar com cachês e diárias para figurantes. Ou seja, o futuro da indústria está em jogo e existe o risco dos atores serem substituídos por máquinas numa área ainda carente de regulamentação.

No Brasil, o debate sobre o uso ético do IA ganhou força com a divulgação de uma campanha da Volkswagen estrelada por Elis Regina e sua filha Maria Rita. No vídeo as duas se unem em um dueto de “Como nossos pais”. Apesar de contar com a aprovação da família da Elis, a peça publicitária foi alvo de discussões. O Conar abriu uma representação ética contra a campanha da VW do Brasil e sua agência, AlmapBBDO, motivado por queixa de consumidores que questionam se é ético ou não o uso de ferramenta tecnológica e inteligência artificial para trazer pessoa falecida de volta à vida como realizado na campanha.

Face a amplitude de questões envolvendo a utilização desta ferramenta, faz-se necessário ouvir especialistas e verificar a oportunidade de avançar em áreas em que a IA pode contribuir, mas sem desconsiderar os limites para seu uso. Diante do exposto, apresentamos o presente requerimento, para o qual pedimos o apoio dos nobres Pares desta Comissão.

Sala da Comissão, em 01 de agosto de 2023.

JANDIRA FEGHALI
Deputada Federal - PCdoB/RJ

